

O Brasil não tem que fazer parte do clube dos poderosos, diz Mangabeira :: Eliane Oliveira (Jornal O Globo, em 12.05.2015)

Leia a *íntegra* da entrevista concedida à repórter Eliane Oliveira, no dia 06 de maio de 2015. BRASÍLIA — O ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, sempre foi uma figura polêmica quando era do governo Luiz Inácio Lula da Silva. De volta a Brasília, agora com Dilma Rousseff, Mangabeira sugeriu, há poucos meses, uma espécie de SUS para a educação e, em entrevista ao GLOBO publicada no último sábado, propôs nada menos do que a suspensão temporária da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul. Levando em conta as assimetrias econômicas e políticas entre os sócios da união aduaneira, a medida poderia ser um golpe mortal aos combalidos argentinos, que passariam a concorrer em iguais condições, no comércio com o Brasil, com parceiros de outras regiões.

Mangabeira criticou o Itamaraty. Disse que é “anomalia mundial” pôr à frente do Ministério das Relações Exteriores um funcionário de carreira — caso do atual titular da pasta, Mauro Vieira. Quem tem de formular política externa é o Estado, o governo e a nação, e não a área diplomática, disparou. Concordemos ou não, o fato é que o ministro já demonstrou que não vai parar por aí.

Na conversa que tive com o ministro, no fim da semana passada, ele defendeu a total revisão da política externa brasileira, incluindo um ponto caríssimo aos governos petistas, especialmente nos dois mandatos de Lula: a candidatura brasileira a uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

— Um país como o nosso tem de ter uma agenda de revisão da ordem mundial, e não apenas uma agenda de revisão da nossa posição dentro da ordem existente. Nós não devemos querer participar de um clube de grandes potências para impor ditaduras não alternativas ao mundo. Não estávamos sentados à mesa, quando se distribuíram os dividendos políticos da vitória (na Segunda Guerra Mundial). Não queiramos agora, tardiamente, nos insinuar — disse.

Esse princípio revisionista deve atingir não apenas segurança. É preciso uma ordem política, monetária e comercial hospitaleira às divergências, às inovações e aos experimentos. Para o ministro, uma política externa pautada meramente por interesses comerciais não é admissível, ainda mais para um país como o Brasil.

— Tem sido costume adotar uma visão meramente mercantilista da política externa. Em nenhum país sério, de grande envergadura, o comércio é visto como o tema dominante da política exterior. Os interesses comerciais dos grandes Estados só costumam avançar à luz do avanço na geopolítica.

Mangabeira defende que o Brasil precisa, sim, buscar uma parceria mais sólida com os Estados Unidos. Mais ainda do que com a China, cuja relação com os brasileiros se pauta quase que exclusivamente pelo comércio. No entanto, ele destaca que há dois grandes “obstáculos ocultos” para a construção de uma ação conjunta com a Casa Branca. O primeiro deles se dá em cibernética e informação.

— Quase todo o trânsito brasileiro na internet passa pelos EUA. Nós nos comunicamos com o mundo através dos EUA. É um domínio avassalador. Toda a comunicação que ocorre no Brasil, da presidenta da República para baixo, é transparente aos EUA. A realidade inconveniente é que eles só não veem o que não querem. E nós não temos desenvolvido um potencial de contrainteligência e defesa cibernética. O que nós chamamos de defesa cibernética no Brasil é quase totalmente na defesa policial para impedir, por exemplo, distúrbios em eventos esportivos. Não é uma defesa estratégica contra estados estrangeiros — disse.

Ele citou como exemplo clássico de dependência o GPS americano. Se os EUA desligassem o GPS, o que o Brasil tem de potencial mais avançado de defesa estaria quase que inteiramente anulado.

— Eu não estou revelando nenhum segredo de Estado. Eu estou dizendo o que todo mundo sabe, mas que não gosta de dizer. Se eles desligassem o GPS, nós teríamos de conduzir os nossos navios de guerra por navegação astronômica — afirmou.

Outro problema é que os EUA insistem em proibir, sob o rótulo de subsídios, todas as formas de coordenação estratégica entre governo e empresas, que eles mesmos usaram para enriquecer. Por exemplo, a concessão de desonerações tributárias e financiamento a juros baixos em troca de maior produção, emprego, exportação e investimentos.

— Eles ainda insistem em incorporar às regras do comércio mundial o odioso regime de propriedade intelectual desenvolvido no século 19. O regime das patentes, que deixa muitas das inovações tecnológicas mais importantes para a humanidade sob o controle de um pequeno grupo de empresas multinacionais. Nós temos que nos rebelar contra esse maximalismo institucional.

As propostas de Mangabeira chocam? Beiram o absurdo? Ou, ao contrário, são bem interessantes? Não importa. O que vale são ideias novas que possam dar uma sacudida na política externa brasileira. Desde o primeiro mandato de Dilma, está difícil entender ao certo o que se pretende em termos de posicionar o Brasil no exterior.